

OBJETODOCONTRATO:“Forn.Pré-misturadoFrioEnsacadoParaÚtil.
DasCoord.Reg.SIE–Lote03TRECHO:Jurisdição das Coordenadorias
Regionais– Lote 03
EXECUÇÃOFÍSICA:0%
MOTIVO: Por motivo de ordem administrativaDATADEREINICIO:-
13desetembrode2022

Cod. Mat.: 855699

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE - SIE
TERMO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO Nº 065/2022.
Permissora: SIE. **Permissionária:** DISTRIBUIDORA MÜLLER
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.. **Objeto:** Ocupação
da faixa de domínio da rodovia SC-486, trecho: Itajaí (Entr. BR-101)
– Brusque (Entr. SC-108), no km 4+460, lado esquerdo, de acordo
com o Plano Rodoviário Estadual instituído pelo Decreto nº 759,
de 21 de dezembro de 2011, para a manutenção do acesso a seu
empreendimento. **Validade:** 05 anos. **Florianópolis**, 14.09.2022.
Signatários: Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Claudio Queluz
Müller, pela Permissionária.

Cod. Mat.: 855507

INSTRUÇÃO NORMATIVA SIE – Nº 008/2022

Estabelece as atribuições e os limites aos procedimentos de fiscalização dos convênios e transferências voluntárias aos municípios em que a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade seja a concedente.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE), no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 741, de 12 de junho de 2019,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 741 de 12 de junho de 2019, em seu art. 40, XVI, estabelece a competência da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), para firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais;

CONSIDERANDO que a Constituição Estadual, em seu artigo 123, §3º, com redação dada pela EC nº 81, de 1º de julho de 2021, estabelece que as transferências voluntárias aos municípios serão consideradas transferências especiais;

CONSIDERANDO o art. 58 e seguintes do Decreto Estadual nº 127, de 30 de março de 2011, que estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congêner e estabelece outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. O disposto nesta Instrução Normativa aplicar-se-á à fiscalização realizada sobre os convênios em que a SIE seja a concedente e à fiscalização realizada sobre os valores transferidos voluntariamente aos municípios, consideradas transferências especiais.

Art. 2º. O fiscal do convênio, profissional do quadro da SIE, será designado por portaria do gestor da Pasta e deverá observar no desenvolvimento do seu mister o seguinte:

I - Acompanhar a execução do Convênio/Transferência por meio de Relatórios, registros fotográficos, visitas in loco, quando esta não estiver dispensada nos termos da lei, e contatos (e-mail, telefônicos, entre outros) registrando todas as ações no Módulo de Transferências do SIGEF;

II - Solicitar ao conveniente/recebedor que apresente documentação indicando o profissional que acompanhará a obra ou serviço de engenharia, com os quais manterá contato, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;

III - Indagar ao responsável do conveniente/recebedor quanto a eventuais irregularidades técnicas que por ventura possam impactar na execução do Plano de Trabalho, dando ciência dos atos ao representante legal do concedente;

IV - Opinar, quando consultado, acerca de eventuais solicitações de alteração do Plano de Trabalho por apostilamento ou aditamento.

Art. 3º. Qualquer dúvida acerca da execução da obra ou serviço de engenharia deverá ser solicitada esclarecimento ao profissional responsável pelos mesmos, expedidor da respectiva ART, cabendo a este último a responsabilidade pela qualidade do serviço ou da obra.

Art. 4º. No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I - a comprovação da regular aplicação dos recursos conforme estabelecido no Plano de Trabalho/Proposta;

II - a compatibilidade, visualmente auferível, entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no plano de trabalho/proposta com os desembolsos e pagamentos realizados, não se pretendendo aferir ou atestar os quantitativos de projeto;

III - o cumprimento das metas e etapas do Plano de trabalho/Proposta nas condições estabelecidas;

IV - execução total ou parcial do objeto;

V - aplicação total ou parcial da contrapartida, se houver;

VI - devolução ao concedente de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;

VII - atingimento da finalidade pactuada.

Art. 5º. Sempre que forem identificadas desconformidades relacionadas aos serviços executados com as despesas previstas no Plano de Trabalho/Proposta, o conveniente e o fiscal do contrato deverão

ser notificados para apresentar esclarecimentos e providências necessárias no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

§ 1º Na hipótese de não esclarecimento ou correção da desconformidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o representante legal do concedente deverá ser comunicado para suspender a liberação de parcelas até que seja apresentado os esclarecimentos necessários ou sejam corrigidas as desconformidades apontadas.

§ 2º Persistindo as irregularidades, o concedente notificará os órgãos de fiscalização e controle sobre a situação do respectivo convênio/transferência.

Art. 6º. A fiscalização, a legalidade e o controle da qualidade dos serviços executados em razão da contratação entabulada pelo conveniente/recebedor são de sua exclusiva responsabilidade, cabendo ao órgão concedente somente o acompanhamento do objeto conveniado, ou do objeto da transferência, conforme o caso, quanto à regularidade da aplicação do recurso e atingimento do fim pactuado dentro do estabelecido no plano de trabalho/proposta, não lhe sendo atribuídas inconformidades ou irregularidades praticadas pelos entes beneficiados.

Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 16 de Setembro de 2022.
Alexandre Martins da Silva
Secretário Adjunto
Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, e.e.
Matr. 0335.884-4

Cod. Mat.: 855912

Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto à decisão do Processo Administrativo Sanitário **abaixo relacionado**.

O processo administrativo relativo à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 12 de setembro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

ANEXO ÚNICO:
1. AUTUADO: NOVA POSSA AUTOPECAS LTDA ME
CNPJ: 07.352.126/0001-74
PROCESSO: SES 121162/2021
DECISÃO: AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE nº 30321107954/19 .

Cod. Mat.: 854775

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.
Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 58400/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar a empresa **SULMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI**, CNPJ nº 09.944.371/0001-04, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ **7.384,61** por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº **4382/2022 – Edital nº 432/2021**.

Cod. Mat.: 855589

Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário:** **1.Lais Vitorete Loss Medeiros;** Termo de Compromisso nº 101/2022; Data de Início: 12/09/2022; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Nereu Ramos. **2.Giovanna Damasce-no Lozano;** Termo de Compromisso nº 111/2022; Data de Início: 19/09/2022; Valor R\$ 500,00; Lotação: Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina-CIATOX.

Cod. Mat.: 855617

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR001753.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital Regional Helmuth Nass, com sede no município de Biguaçu. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção de 10 leitos de UTI Neonatal para a unidade hospitalar, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 3.551.997,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta e um mil e novecentos e noventa e sete reais), por parte do CONCEDENTE, em 04 (quatro) parcelas. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2022011652, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2022NE022952, de 09/09/2022, constante no processo SES 142826/2022. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** te Convênio terá início de vigência a partir da data de 3 de junho de 2022 e fim de vigência em 28 de fevereiro de 2023. **DATA:** Florianópolis, 09 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Antônio Mendes Freitas, pela Beneficência. Mjr/SCC.

Cod. Mat.: 855708

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Polícia Militar

PORTARIA N. 03/PMSC/CPMA DE 15 DE AGOSTO DE 2022

O COMANDANTE DO COMANDO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - CPMA, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 19 do Decreto Estadual nº 1.017, de 13 de novembro de 1991.

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 28-A inciso I, da Lei Estadua nº 14.675 de 2009, os Policiais Militares abaixo relacionados, a atuarem como Agentes Fiscais deste órgão.

Agente Fiscal	
Policial Militar	Matrícula
Alcimar Vieira	0927339-5-01
Alessandro Moraes Rosa	0657474-2-01
Alessandro Pereira Covre	0967043-2-01
Benício Alexander Paes Farias	0932125-0-01
Caroline Andressa Golanowski Lopes	0611198-0-01
Daiana de Lima	0932512-3-01
Deivid Uilian Veneri	0928441-9-01
Diego Leonidas Godoy	0929746-4-01
Dionatan da Silva	0928652-7-01
Dirnei Oliveira da Silva Junior	0928081-2-01
Eloyr Waldmann Junior	0930920-9-01
Emerson de Almeida Bitencourt	0990286-4-01
George Augusto Scheffer	0932811-4-01
Giuliano Alexandre Dal Farra da Silva	0934114-5-01
Jorge Luiz Luz	0928387-0-01
Josiela Gasparetto	0932829-7-01
Leonardo Martins Cândido	0932035-0-01
Luciano Elias	0927590-8-01
Nicolli Comel	0933425-4-01
Pedro Augusto Chitolina	0933920-5-01
Rafael Nunes	0927983-0-01
Rafael Zucchetti	0927850-8-01
Ramon Américo Rafael	0930010-4-01
Thiago Aquiar Tavares Breis	0932986-2-01
Thiago Criste Magalhães	0931445-8-01
Willian Netto Alves	0933008-9-01

Florianópolis, 15 de agosto de 2022.

Fabio Henrique Machado
Coronel PM
Comandante do CPMA/SC

Cod. Mat.: 855638

Polícia Civil

PORTARIA Nº 670/GAB/DGPC/PCSC, de 12/09/2022.
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2022**, no qual é acusado o servidor de matrícula nº 322.712-0, mandado instaurar pela Portaria